

Sucessão não resolve problema da dívida

Washington — O Ministro Ernane Galvões, da Fazenda, confidenciou a um grupo de jornalistas que o acompanham na cobertura da reunião do Conselho Deliberativo do Fundo Monetário Internacional que o sucessor do Presidente Figueiredo, seja ele quem for, eleito ou não pelo voto direto, pouco mais poderá fazer para solucionar os problemas econômicos do país, além daquilo que tem sido feito pelo Governo do Presidente Figueiredo.

Galvões não quis entrar em muitos pormenores sobre as dificuldades que, em seu entender, vão impedir o próximo governo de resolver a situação de crise que o Brasil atravessa. Disse, apenas, que o sucessor de Figueiredo vai encontrar "a estrada asfaltada" para continuar negociando a dívida externa brasileira e reafirmou o pronunciamento que fez quinta-feira perante os governadores do FMI, quando acusou os países ricos, e em especial os Estados Unidos, de estarem sufocando os países devedores latino-americanos como medidas de protecionismo exageradas.

Conclusão do fundo

A Comissão Interina do Fundo Monetário Internacional (FMI) aconselhou os países endividados a persistirem em seus processos de ajustamento econômico e solicitou aos países industrializados que ajustem suas economias para evitar aumentos nas taxas de juros bancários.

"Existe uma necessidade absoluta de que os países em desenvolvimento endividados continuem em seus processos de ajustamento e que estes sejam acentuados entre os países que não os iniciaram ou onde sejam insuficientes", afirmou o vice-primeiro-ministro belga Willy De Clerco, que presidiu as deliberações de todo o dia do grupo assessor de política do FMI.

Mas, ao mesmo tempo, De Clerco afirmou que os países industrializados devem reduzir seus déficits fiscais para retrair a alta das taxas de juros que incidem pesadamente sobre as economias dos países devedores e previu contra a volta das medidas protecionistas no comércio mundial.

A América Latina esteve representada na comissão interina pelo ministro da Economia da Argentina, Bernardo Grinpun; pelo ministro da Fazenda do Brasil, Ernane Galvões; e pelo presidente do Banco Central da Venezuela, Benito Raul Losada.

Um comunicado emitido ao final da reunião manifesta a "grande preocupação (da Comissão) pelas possíveis consequências de recentes aumentos das principais taxas de juros a partir de um nível que já era alto", com referência as recentes altas dos juros bancários nos Estados Unidos.

Numa entrevista à imprensa, o diretor-administrativo do FMI, Jacques de Larosiere, afirmou que "um ponto percentual nas taxas de juros representa vários bilhões de dólares" a mais nos juros que os países endividados devem pagar.

Larosiere advertiu que o problema das dívidas externas "continua afetando muitos países em desenvolvimento" e acentuou a necessidade de uma ação coordenada dos credores e devedores para enfrentar a crise.

Larosiere observou que um estudo de médio prazo elaborado pelo FMI e que será divulgado brevemente mostra que "o serviço da dívida pode ser administrado", mas que será necessária uma reprogramação da amortização do capital da dívida pelos países em desenvolvimento, cujo montante é estimado atualmente em cerca de 800 bilhões de dólares.

Tanto o comunicado, como de Larosiere e Le Clerco, na entrevista concedida à imprensa, sublinharam a necessidade de que sejam aplicadas medidas que contribuam para um crescimento econômico contínuo e não inflacionário, que ajudem a promover um sistema de comércio internacional aberto e um movimento de capitais fluido, "tendo-se em vista as necessidades especiais dos países em desenvolvimento".

Larosiere disse que "chegamos a um entendimento com a Argentina para a realização de um ajuste" de sua economia, mas não falou de detalhes específicos. No entanto, elogiou o recente acordo multinacional para ajudar a Argentina a pagar 500 milhões de dólares em juros atrasados de sua dívida de 43 bilhões, assinalando que isso representa "uma resposta regional a um problema específico grave".

O governo argentino recebeu um empréstimo de 300 milhões de dólares do México, Venezuela, Brasil e Colômbia e outros empréstimos de 100 milhões de dólares de 11 de seus bancos credores para pagar seus juros atrasados, enquanto que o Tesouro norte-americano prometeu emprestar 300 milhões de dólares para devolver o dinheiro aos países latino-americanos quando chegar a um acordo com o FMI em fins de abril.

A Argentina devolverá o empréstimo do Tesouro ao receber o primeiro desembolso de um empréstimo contingente do FMI e, simultaneamente, empreenderá o refinanciamento de 20 bilhões de dólares de sua dívida junto aos bancos comerciais, o qual espera completar para fins de junho.

O comunicado afirma que a maior parte dos 22 membros da Comissão Interina expressou a convicção de que há evidência crescente em favor de uma nova emissão de direitos especiais de saque (DES), mas outros continuaram insistindo em que "a necessidade dessa emissão não foi demonstrada".